



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

SER MÃE E UNIVERSITÁRIA: ENTRE DESAFIOS E AFETOS

ACARAPE

2021

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

SER MÃE E UNIVERSITÁRIA: ENTRE DESAFIOS E AFETOS

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniele Ellery Mourão

ACARAPE

2021

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

SER MÃE E UNIVERSITÁRIA: ENTRE DESAFIOS E AFETOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Doutora Daniele Ellery Mourão (Orientadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof.^a Doutora Jacqueline da Silva Costa (Examinadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof.^a Mestra Peti Mama Gomes (Examinadora/ Doutoranda PPGA/UFPA)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTO

Embora o projeto de pesquisa não dê a opção de agradecimento, acredito que nesse momento das nossas vidas seja necessário agradecer e quem sabe retribuir um pouco do afeto que recebi nessa jornada.

Eu não siga nenhuma religião e minhas crenças sejam céticas, acredito na natureza, na necessidade do equilíbrio e que o nosso planeta é uma grande mãe que nos alimenta, nos dá de beber e nos acalenta ao fincarmos os pés sobre a terra. Eu agradeço o meu existir!

Agradeço a minha mãe, que me permitiu seguir essa jornada de voltar aos estudos, que me apoia e que ainda hoje se sacrifica por mim e que tem fé. Zélia, minha promessa é, um dia retribuirei tudo o que a senhora fez por mim.

Agradeço as mulheres da minha jornada, de longo tempo e de agora. A minha vó Jacinta, mãe de meu pai, por me permitir conhecê-la mesmo tardiamente. A minha vó Maria, mãe de minha mãe que tive a oportunidade de ter ela na minha infância.

A minha tia Litinha, que junto com minha mãe me criou. Pelas caminhadas crianças ao te acompanhar no teu ofício. Por ter me mostrado desde cedo o mundo.

A minha tia Alda, por ser uma mulher resiliente, que consegue superar as dificuldades da vida. Saber da sua história, suas superações e da sua alegria me motiva. Te amo infinitamente.

A minha irmã que me possibilitou a partir do seu existir ser quem sou, uma mulher adulta que aprendeu a cuidar de outro ser vivo desde criança.

Agradeço imensamente as minhas Cataventianas, que fizeram parte de um importante momento da minha graduação e seguem ao meu lado até os dias de hoje. Gisele, Thais, Claudyane e Eliza, amo vocês.

As mulheres que são inspiração. As professoras Luana Antunes, Vera Rodrigues, Janaina Lobo, Joana D'arc, Carol Bernardo, entre tantas outras que fizeram parte da minha história acadêmica na UNILAB

Aos amigos e amigas que fiz. Z Nunes, Joice, Isabel, Horvanda, Vicky, Mayra, Rita, Michel, Marcos, Nádia, Sabino, Larissa e tantos outros. Muito obrigada por me permitir fazer parte da vida de vocês nesse momento.

A professora Jacqueline Silva, que aceitou o convite para participar da banca, mas também por me incentivar e acreditar em mim. Sou extremamente grata pela sua existência.

A Peti Mama, por também aceitar participar da banca, mas principalmente por me inspirar e me mostrar o valor da educação. Eu admiro o teu caminho, tua jornada e tua alegria.

E por último, mas não menos importante, a minha orientadora Daniele Ellery, que esteve comigo nessa jornada, por ter compreendido os meus momentos de dor e por estar ao meu lado nos momentos de alegria. Muito obrigada!

“Olhei para mim e para outras mulheres. Percorri a trajetória do nosso ser, procurando o erro da nossa existência. Não encontrei nenhum.”

Paulina Chiziane (2013, p.202)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	QUESTÕES ESTRUTURAIS HISTÓRICAS	11
2	PROBLEMA DA PESQUISA	13
3	OBJETIVO	13
3.1	OBJETIVO GERAL	13
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4	JUSTIFICATIVA	14
5	REFERENCIAL TEÓRICO	17
6	METODOLOGIA	25
6.1	ABORDAGEM METODOLOGICA	25
7	CRONOGRAMA	26
	REFERÊNCIAS	27
	ANEXO	31

1 INTRODUÇÃO

Estudando gênero e ao mesmo tempo fazendo um recorte sobre aspectos da nossa realidade social, de modo subjetivo, exploratório e afetivo, a partir da compreensão dos espaços que estou inserida, me possibilitou realizar uma série de questionamentos sobre as representações sociais que configuram o ser mulher. Sabemos a partir da teoria feminista que ninguém nasce mulher, mas sim, torna-se (BEAUVOIR, 1980), e este tornar nos encaixa em representações da cultura patriarcal.

A partir da experiência acadêmica na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), buscando compreender como estas estruturas sociais nos influenciam, tendo como ponto de partida a experiência de ser mulher no espaço universitário e observando outras mulheres que também estão inseridas neste espaço, noto, que a mulher, mãe e universitária vivência em suas práticas cotidianas experiências particulares para desempenhar seus múltiplos papéis.

Dentro dos diversos contextos, participei do projeto de pesquisa “Documentário e Filme Etnográfico: Produção de Conhecimento e Narrativas Identitárias no Audiovisual” (PIBIC UNILAB/CNPq/ 10/2019 a 09/2020), coordenado pela professora Daniele Ellery. Assim este projeto foi gestado a partir das trocas de afeto e reflexões sobre as narrativas de mulheres (brasileiras e dos PALOP) sobre suas experiências afetivas interculturais e interraciais decorrentes da internacionalização do ensino superior no Brasil que possibilitou, “além dos ganhos acadêmicos, profundas relações afetivas (namoros e casamentos, com ou sem filhos) entre pessoas de nacionalidades e culturas distintas”.

Deste modo, a intenção é investigar os desafios enfrentados por mulheres, mães, universitárias brasileiras e dos países africanos, que estudam na UNILAB, mais especificamente, que residem no Ceará, trazendo para o debate as questões sobre as desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade e etnia¹, como também, compreender o que é maternidade na sociedade brasileira, e o que significa maternidade nas sociedades africanas, como se dão as relações afetivas, sociais e familiares após o nascimento da criança, assim como, discutir sobre políticas públicas estudantis,

¹ Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) a Interseccionalidade é uma ferramenta analítica das desigualdades e injustiças sociais, que possibilita as pessoas compreenderem melhor as complexidades da vida social e global, como também de si.

principalmente as ações que são desenvolvidas pelos Programas de Assistência Estudantil para assegurar a permanência das mães universitárias no ensino superior.

Criada em 2008, a UNILAB possui campus nos estados do Ceará e Bahia². No Ceará ela está situada na região do Maciço de Baturité, nas cidades de Acarape e Redenção, em três campus, Unidade Acadêmica dos Palmares, Campus das Auroras, Campus administrativo da Liberdade.

A instituição tem em suas diretrizes o objetivo de ser uma universidade pública brasileira, estruturada no princípio da cooperação solidária, com a missão de integrar estudantes brasileiros e estudantes dos países pertencentes ao PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e Timor-Leste. Souza e Malomalo (2016, p. 259) apontam que a universidade surgiu a partir de demandas internas e externas, entre elas “as demandas formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro.”³, como também das políticas internacionais que possibilitaram uma abertura com os países do Sul.⁴

As estudantes universitárias brasileiras da UNILAB são oriundas de diversos universos sociais (áreas urbanas, rurais e/ou periféricas) e diversidade étnicas (quilombolas e indígenas). E o mesmo se emprega nas estudantes africanas que vêm dos países de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que são de universos sociais e étnicos diversos.

Entre os anos de 2010, até o semestre 2019.2⁵ foram abertos 149⁶ processos de Regime Especial por motivo de gravidez na UNILAB. No mesmo período foram matriculadas 6.246 mulheres e concludentes dos cursos foram apenas 1.435. Sabemos que muitas dessas

² No Estado da Bahia, a universidade está localizada na cidade de São Francisco do Conde, com o Campus dos Malês. Foi instituída como Universidade Pública Federal a partir de 2010, através da Lei nº 12.289 e entre os objetivos da universidade está interiorizar e possibilitar a cooperação Sul-Sul (países localizados no hemisfério sul).

³ Os acordos estabelecidos entre as organizações da sociedade civil e o então candidato à Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva, resultaram na criação de programas, projetos e leis como, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Lei nº 10.639/03, na fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), entre outros.

⁴ “o governo brasileiro construiu uma política externa de cooperação Sul-Sul, na qual os países da América Latina e da África, especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), passaram a ocupar lugar de destaque.” (SOUZA, MALOMALO, 2016).

⁵ Dados obtidos através do E-SIC (Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão. A Lei Federal nº 12.527/2011).

⁶ Nos dados que obtive junto ao sistema SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) por qual se emitia os processos de Regime Especial as gestantes não foi apresentada a especificação sobre nacionalidade.

mulheres ainda estão cursando a universidade, mas também sabe-se informalmente que outras desistiram do curso.⁷

Dentro deste contexto de jovens que se tornaram mães no ambiente universitário e solicitaram a abertura do Regime Especial, existem mulheres brasileiras e mulheres que fazem parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que veem para o Brasil com o objetivo de ingressar no ensino superior, e regressar com um diploma para o seu país.

Não existe uma padronização de como é ou como será a experiência da mulher universitária com a maternidade, mas no contexto diaspórico, como pode ser observado em estudos anteriores (GOMES. P. M., 2016; IMPANTA 2015)⁸, as estudantes mães sentem grande dificuldade para conciliar os deveres acadêmicos com a maternagem⁹.

A partir de uma conversa formal utilizando um questionário semiestruturado para auxiliar na pesquisa exploratória, com a finalidade de delimitar o escopo do projeto de pesquisa, conversei com algumas interlocutoras, nativas e em diáspora, sobre o papel da família, amigos e da universidade no período da gravidez e após o nascimento da criança.

Uma estudante angolana relatou que ao descobrir a gravidez não teve o apoio familiar e nem da comunidade (acadêmica e localidade), principalmente daqueles da sua nacionalidade, apresentando uma fragilidade nas relações de afeto¹⁰: “porque em vez de apoiar ficam a lhe apontar o dedo, a falar um monte de coisa, que nem eles sabem o que aconteceu, ficam a criar especulações, então (a gravidez) não foi bem recebida pela comunidade”. A mesma estudante teve que esconder a gravidez e o nascimento do filho para alguns familiares, segundo ela, por medo e receio de como a informação seria recebida.

Outros pontos destacados por outras mães dos PALOP se referem tanto ao apoio assistencial da UNILAB quanto às dificuldades em estudar com um bebê. Uma das interlocutoras disse: “Até então, eu não tenho informações sobre a UNILAB ajudar as tantas

⁷ O número de matrículas canceladas e/ou trancadas já foi solicitado através do uso da Lei de Acesso à Informação (LAI).

⁸ Ambas as mulheres são pesquisadoras africanas, de nacionalidade guineense, que vieram para o Brasil cursar o ensino superior na UNILAB.

⁹ Maternagem é o ato de cuidar, a relação de afeto entre mãe e filho, possibilitando vínculos, enquanto a maternidade é um estado físico, um processo biológico, a maternagem é uma escolha, um profundo desejo de cuidar, não se estabelecendo gênero ou mesmo ligação familiar. Fonte: Descobrimo a maternagem. Disponível em <http://descobrimoamaternagem.blogspot.com/2011/08/maternidade-x-maternagem.html> Acesso em: 08. jan. 2021.

¹⁰ Para Aita e Araújo (2006) “O afeto compreende sensações prazerosas, amabilidade e afabilidade, melancolia e apatia moderada, como também emoções extremas, tais como alegria, hilaridade, medo e ódio.” P. 52), podendo este influenciar também na capacidade de aprendizagem. AITA, G.; ARAÚJO, C.S.A. Afetividade e aprendizagem no ensino superior. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, vol. 6, n.1, p. 49-60, jan./jun., 2006.

mães, pelo conhecimento que eu tenho, pelo que já investiguei para saber. (...) A ajuda que tem é, quando eu tô com o bebê, o motorista para em lugares que não poderia”.

Uma das entrevistadas de nacionalidade brasileira relatou como dificuldade as múltiplas jornadas, pois precisa dividir o seu tempo entre os cuidados com a criança, o trabalho e os estudos. “Eu já pensei em desistir do curso várias vezes. A minha mãe me ajuda, diz que eu preciso estudar. Então eu continuo tentando, mas se eu não tivesse a minha mãe, não sei se conseguiria.”. Em todos os relatos as mulheres apontaram que uma rede de apoio é importante para tentar conciliar as múltiplas jornadas, seja da família ou das amigas e é notável que quando essa rede não é consolidada, as estudantes universitárias se mostram mais fragilizadas pelos diversos desafios que se apresentam no cotidiano.

Após o período do Regime Especial¹¹, as mães têm que regressar ao ambiente universitário. Sobre esse ponto uma das interlocutoras relatou que:

Essas coisas não te cansam só fisicamente, mas também psicologicamente. Porque às vezes eu o levava pra aula, mas quando eu não levava, eu não ficava atenta na aula, eu sentia um aperto no coração (...) quando o pai dele não podia ficar e eu não conseguia alguém, eu o levava pra classe e ele fazia barulho brincando, eu me via na situação dos colegas, que não conseguiam se concentrar, então eu me retirava da sala.

Quando perguntado sobre o papel do pai das crianças, foi observado situações diversas. Dentre as quatro entrevistadas para a escrita do projeto, somente uma delas, de nacionalidade brasileira, estava vivendo maritalmente com o pai da criança (ele de nacionalidade guineense). Ela relata que ambos são estudantes da UNILAB e que os cuidados com o bebê quando era menor recaíam mais sobre ela, “como ela tá maiorzinha, fica mais fácil dividir os cuidados”. Já as demais mulheres são responsáveis pelos filhos na maior parte do tempo, duas delas tendo a presença paterna somente em momentos pontuais, e uma sendo a única provedora.

Desse modo, a partir da minha observação e pesquisa exploratória acerca dessa problemática, o objetivo deste projeto de pesquisa é realizar um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus Ceará, para compreender quais os desafios enfrentados por mulheres universitárias e mães para permanecer no ensino superior. Para isso, indico ser necessário percorrer dois caminhos: o primeiro da pesquisa de campo, para compreender as adversidades vivenciadas nas práticas cotidianas de mulheres, mães e universitárias que estudam na UNILAB/Ceará e o contexto de suas relações

¹¹ Segundo o Art. 1º Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares.

sociais, afetivas (familiares e amorosas) após a maternidade, como também, o que para estas mulheres representa a maternidade e qual o papel que se espera delas a partir do contexto social/familiar.

O segundo caminho da pesquisa tem como foco verificar quais ações são desenvolvidas pelo Programa de Assistência Estudantil da UNILAB/Ceará para assegurar a permanência das mães universitárias no ensino superior, ao mesmo tempo, buscando compará-las com as necessidades das interlocutoras.

Para isso, é necessário realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, unindo pesquisa bibliográfica. O estudo bibliográfico será desenvolvido a partir de autores e autoras que tratam sobre as questões acerca da maternidade (PEIXOTO, 2019; REIS, 2017), gênero (HOOKS, 2020; OYĚWÙMÍ, 2000; SCOTT, 1995) raça, classe e interseccionalidade (COLLINS, BILGE 2016; CARNEIRO, 2011; CRENSHAW, 2002), políticas públicas estudantis (URPIA & SAMPAIO, 2011), além dos autores que tratam sobre as diversas realidades das sociedades africanas (AMADIUME 1987; BAKARE-YUSUF, 2003; OYĚWÙMÍ, 2000), como também uma pesquisa documental.

Para compor o corpo do trabalho será produzida uma pesquisa de campo, através da técnica de coleta, entrevista narrativa biográfica, em que a análise dos dados será realizada a partir do método de Shutze (1977).

1.1 QUESTÕES ESTRUTURAIS HISTÓRICAS

Falar sobre mulheres, mães e universitárias, sendo que algumas destas também experienciam a diáspora, é trazer à tona questões que percorrem a experiência de vida dessas mulheres, nos possibilitando caminhar por questões históricas, sociais e políticas, que tratam sobre gênero, raça, classe, mas também sobre trajetória acadêmica e maternidade.

O acesso à educação para mulheres brasileiras foi estruturado de maneira discriminatória desde o período colonial, sendo estas submetidas aos cuidados da família e da igreja e sua principal instrução eram reservadas aos cuidados da casa, marido e filhos. (RIBEIRO, 2007).

Ao longo dos anos 322 anos do período colonial, os espaços destinados a educação de meninas foram mudando e na medida que elas conseguiam ter acesso à educação, as tinham com uma série de restrições, pois “as matérias consideradas mais racionais, como a geometria, só eram ensinadas aos meninos, em compensação, as meninas deveriam aprender disciplinas dedicadas à educação para o lar.” (SILVA, 2018c), recebendo treinamentos para saber como

lidar com os cuidados de casa. A escola era um espaço excludente tanto que, “em 1852 havia no Brasil 44 mil alunos matriculados nas escolas públicas, onde destes apenas 8.433 eram mulheres.” (OLIVEIRA; ZIENTARSK, 2019, p. 264). As políticas coloniais categorizavam mulheres, crianças e pessoas com deficiências intelectuais, como *imbecilitus sexus* (sexo imbecil) (RIBEIRO, 2007).

Em África no período de colonização não foi diferente, “A escola era vista como uma exclusividade masculina, mas o acesso dos africanos ao ensino era difícil, visto que sua aquisição funcionava como um critério de distinção social.” (SANTANA, 2009, p. 69). Em Moçambique, por exemplo, o pensamento mudou um pouco por volta de 1912, quando foi estabelecido a inclusão das mulheres na educação, como afirma Santana (2009, p.70) com o propósito de “torná-las melhores mães e esposas em correspondência com o modelo europeu de comportamento social.”.

Para as demais mulheres, seus espaços foram reduzidos ao trabalho, sendo estas a principal força econômica em África. Segundo a autora, elas “eram peças centrais na produção, cabendo-lhes o trabalho na agricultura e no comércio ambulante a fim de proverem suas famílias.” (SANTANA, 2009, p. 83), enquanto no Brasil imperial era esperado que as mulheres de distinção social¹² vivessem para o lar e as demais, de acordo com Costa (2007, p. 496 apud MICHELON, OLIVEIRA (2012c), “difícilmente se enquadrariam nesse retrato patriarcal”:

[...] as escravas, mulheres que trabalhavam como empregadas e amas-de-leite na casa dos ricos, as trabalhadoras da indústria, as prostitutas e vendeiras nas ruas das cidades, assim como as que, na zona rural, trabalhavam de sol a sol ao lado dos homens, ou aquelas que apareciam desde o período colonial nos censos como chefes de família. (COSTA, 2007, p. 496 apud MICHELON, OLIVEIRA, 2012c).

O acesso à educação para homens e mulheres, só foi possível pelos movimentos contrários às leis, segundo Siqueira (2013, p. 332) “em meados do século XIX, as postulações relacionadas aos direitos de mulheres começaram a ocorrer de maneira mais estruturada, com a criação de entidades coletivas e o surgimento de demandas uniformes”. Seja no Brasil, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nos demais países colonizados ou no continente europeu, a luta por direitos só foi possível através de manifestações diretas.

No Brasil, o caminho para o acesso profissional das mulheres reconhecido dentro da estrutura social foi o magistério, já que era entendido que a mulher possuía habilidade de cuidadora, logo, poderiam exercer a função de professoras. O que percebemos é, mulheres se

¹² Aquele que se refere a distinção de classe, que tem possibilidade de acesso ao poder político, econômico, aos bens culturais, à educação e, outros prestígios valorizados pela sociedade.

mobilizavam para garantir seus direitos, seja através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que atuou em prol do direito ao voto feminino, ou através das ações das mulheres operárias, que se organizavam através da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. (SIQUEIRA, 2013). Tantas mobilizações possibilitou o ingresso de mulheres na política, tendo como exemplo, Antonieta de Barros¹³, filha de ex-escravizada e a primeira deputada estadual negra, que lutava por igualdade racial, de gênero e políticas públicas para população negra.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Compreendendo as dinâmicas do universo acadêmico, este projeto de pesquisa busca problematizar e investigar os desafios enfrentados por mulheres, mães, universitárias, estudantes da UNILAB e residentes no Ceará. Deste modo, a pesquisa tem sua importância para as discussões sobre questões de gênero, raça, classe e políticas públicas, contextualizando as trajetórias dessas jovens mães, refletindo sobre as seguintes questões:

- Quais as adversidades vivenciadas nas práticas cotidianas de mulheres, mães e universitárias que estudam na UNILAB/Ceará?
- Dentro do contexto social/familiar das comunidades e/ou país de origem, qual o papel que a mulher/mãe deve exercer e como esta concepção influencia a vida acadêmica?
- Quais ações são desenvolvidas pelo Programa de Assistência Estudantil da UNILAB/Ceará que possibilitam a permanência dessas mulheres mães ao ensino superior?

3 OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender quais os desafios enfrentados por mulheres universitárias e mães para permanecer no ensino superior.

¹³ O direito ao voto foi estendido às mulheres na Constituição em 1934, e entre os anos de 1935 a 1937, tornou-se deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense (PLC).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar as adversidades vivenciadas nas práticas cotidianas de mulheres, mães e universitárias que estudam na UNILAB/Ceará no contexto de suas relações sociais, familiares e amorosas após a maternidade;
- Compreender qual o contexto social/familiar sobre o papel da mulher e da maternidade no país de origem das estudantes da UNILAB e como esta concepção influencia na experiência de ser mãe-universitária;
- Verificar quais ações são desenvolvidas pelo Programa de Assistência Estudantil da UNILAB/Ceará para assegurar a permanência ao ensino superior de mães universitárias e compará-las com as necessidades das interlocutoras;

4 JUSTIFICATIVA

O desejo de realizar uma pesquisa sobre esse tema vem muito da história da minha vida, da vida da minha mãe e das minhas tias. Tanto minha mãe, como uma tia, tiveram a experiência de se tornarem mães solo¹⁴, enquanto minha mãe foi privada da educação, por vivenciar muitas dificuldades desde a infância e tantas outras para realizar o desejo de ser mãe, sacrificando por vezes o seu descanso, lazer e possibilidades de crescimento educacional e profissional (para trabalhar e assegurar a saúde, comida no prato e um teto como prioridade), minha tia, que também teve que fazer sacrifícios, na medida que podia dedicou-se paralelamente a estudar, conseguindo se formar em psicologia com mais de 50 anos.

A educação superior tem o papel emancipador para muitas mulheres, pois, conseguir ingressar no ensino superior e concluir o curso tem um viés para além do profissional e gera um impacto social, pois existe uma “valorização daqueles que têm escola, já que esse é um dos caminhos possíveis de mobilidade social ascendente” (FORTES, 2013, p. 85), o qual potencializa as mudanças sociais tanto para si, como também para toda a família. Entretanto, embora as mulheres venham ganhando espaço nas diversas camadas e estruturas da sociedade, ainda temos muitas questões de desigualdade de gênero para superar, sobretudo quando observamos a classe social, sendo as mulheres da classe baixa as menos favorecidas no quesito educação e inclusão social.

¹⁴ A expressão “solo” é usada no teatro para significar as atuações realizadas por um único ator/atriz em monólogos. Aqui o termo “solo” simboliza a “mãe solteira”, unido a ideia de ser mãe sem o apoio do pai da criança ao estado civil de solteira da mãe. As mães “solo” ou “solteiras” são responsáveis em tempo integral, financeira e afetivamente pelos/as filhos/as.

Tais desigualdades, como mostra Urpia e Sampaio (2011, p. 163), refletem também no espaço universitário, que “mantém uma visão tradicional acerca dos processos de transição para a vida adulta, que pressupõe uma perspectiva linear, de sucessão passo a passo”, esses mesmos mecanismos seguem moldando a universidade, como reflexo da sociedade, “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Se a universidade perpetua uma visão tradicional acerca da passagem para a vida adulta de forma linear, segundo Urpia e Sampaio (2011), a gravidez de uma jovem mulher universitária provocaria uma ruptura com esse processo de amadurecimento (ou de “adulteramento”) passo a passo.

Ao engravidar as jovens mulheres universitárias quebrariam essa linearidade para si, tornando a formação acadêmica algo cada vez mais distante das suas realidades. Desse modo, se as mulheres que ingressam na universidade grávidas ou com filhos pequenos (ou que engravidam no decorrer do curso), não conseguem concluir a formação acadêmica, ou se o fazem é com muita dificuldade, isso também é um problema social.

Para além da maternidade existem outras situações que impactam direto na permanência destas mulheres no ensino superior, pois, segundo a pesquisa publicada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) (2019), que indica o perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os (as) ingressantes nos cursos de graduação se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, e necessitam da assistência estudantil para se manter no ensino superior.

Em números, essa população representa 66,19% dos (das) estudantes. Destes, 64,1% são oriundos das escolas públicas e segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/Censo 2018, só na região Nordeste os (as) pardos (as) representam 50,03% dos estudantes no ensino superior, os que se afirmaram como pretos 15%, quilombolas 1,0% e indígenas (aldeados e não aldeados) 0,9%.

O perfil socioeconômico e cultural nos apresenta que a população universitária brasileira mudou de alguns anos para cá, mas essa mudança de público não garante que estes concluam os cursos. E quanto aos dados relacionados a este projeto de pesquisa, a pesquisa revelou que 60% das estudantes possuem pelo menos com 1 filho (a). “À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar (FONAPRACE, 2019, p. 60). A

pesquisa também revela que a maioria absoluta de estudantes solteiros (as) com filhos (as) é, notadamente, do sexo feminino: 68,5%.

Os dados não apontam em específico o perfil socioeconômico destas mães universitárias, mas, reconhecendo os desafios para as mulheres em geral, em razão das desigualdades de gênero, contudo, para as mães universitárias, ou mulheres chefes de família (“mães solo”) é ainda mais difícil, se elas forem negras e pobres, o que torna as situações de exclusão ainda maior.

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que a maternidade no contexto acadêmico brasileiro é um grande desafio tanto para as nascidas no Brasil, como para as mulheres que atravessam o Atlântico para ingressar o ensino superior na UNILAB, tendo o segundo grupo, obstáculos que se estendem às dificuldades de conciliar o estudo com o cuidado com os filhos/as, para além do cumprimento de papéis sociais, que entrecruzam com a necessidade de garantir a sobrevivência de si e da criança, que podem ser ainda mais complexos por estarem longe de casa, e não terem o apoio familiar, seja através dos cuidados parentais ou apoio social a gravidez.

Mulheres universitárias e mães, que necessitam se dividir entre aos estudos, a responsabilidade da casa e os cuidados com os (as) filhos(as), me parece que prevalecem as estruturas sexistas, que limitam a mulher mãe a um papel imposto socialmente, lhes privando de outras possibilidades. Será de fato que elas devem renunciar aos estudos para cuidar dos filhos?

Minha mãe não ingressou no ensino superior, mas eu consegui e para mim, observar as vivências e desafios de tantas mulheres para conseguir concluir os seus cursos (ou para não abandoná-los), por serem mães, e ter associado a isso as ideias baseadas num senso comum, que acredita-se que a maternidade está diretamente ligada ao sofrimento ou a negação de si em prol do outro é doloroso e me faz pensar sobre se eu deveria ansiar viver a maternidade já que almejo a vida acadêmica. Mas ao mesmo tempo, me faz pensar sobre a urgência de uma mudança nas estruturas sociais em que a maternidade não seja vista como um empecilho na vida de uma mulher e sim um direito garantido, em que as estruturais sociais sejam adequadas para a experiência de ser mãe.

Precisamos refletir sobre o papel da sociedade para garantir a permanência dessas mulheres na universidade, compreendendo, a partir dos relatos que são necessárias políticas públicas estudantis e ações de assistência para dar suporte e assegurar a continuidade dos estudos. Assim, este projeto de pesquisa tem sua importância acadêmica, política e social por pretender realizar uma investigação sobre as dificuldades enfrentadas por mães universitárias,

observando a interseccionalidade a partir das desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, contexto social, etnia, entre outras, além de analisar as políticas públicas estudantis, buscando ainda refletir sobre a importância das mulheres no espaço universitário, não apenas como um ato de sobrevivência, mas como uma ação de resistência.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A mulher ao longo da história teve sua cidadania excluída e legitimada por determinação biológica em que mulheres e homens são apontados por sua ‘diferença sexual’, sendo está estabelecida não apenas como um fator natural, “mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social.”. (SCOTT, 2005, p. 20-21 apud REIS, 2017, p. 12). O uso da explicação da ordem natural tem como propósito uma formulação ideológica que tem por objetivo justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres dentro da sociedade, estes mecanismos criados ao longo da história ainda são obstáculos na nossa contemporaneidade. (GROSSI, 2000).

Mas quem são estas mulheres? Grossi (2000, p.3) afirma que, “não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras.”, e, desse modo, o mesmo vale para tratar sobre as mulheres oriundas dos PALOP.

Dentro do contexto brasileiro, em que é empregado uma ótica ocidental, mulheres e homens são ensinados desde crianças a performar o que se entende sobre o que é masculino e feminino. Nobre (2007, p. 9 apud GOMES. P. A, 2016, p. 24) afirma que “É na família que a criança começa a aprender o que é "ser homem" e o que é "ser mulher"” e é neste ambiente que se dão os primeiros passos em direção à divisão sexual do trabalho, sendo estes reforçados no ambiente escolar. Neste sentido, a família, a escola, a igreja, entre outras organizações sociais vão moldando o indivíduo para desempenhar os modelos de feminilidade e masculinidade.

Para Oyèrónké Oyěwùmí (2000), socióloga e feminista nigeriana, a cultura ocidental a partir de uma estrutura patriarcal, estabeleceu como o espaço da mulher o ambiente doméstico, “A partir da lógica da família nuclear ocidental segue uma oposição binária que mapeia como privado o mundo da mulher, em contraste com o mundo muito público do homem (não “esposo”, pois o homem não é definido pela família)” (Oyěwùmí, 2000, p. 3). Desta maneira, desde os tempos da colonização, foram impostos padrões ocidentais de educação para o cuidado (cuidar da casa, das crianças, do marido), sendo o seu destino o espaço privado, a

docilidade e a submissão, enquanto o homem nessa representação ocidental tem em seu domínio o espaço público, aquele que detém poder, que é forte.

Outro ponto que quero destacar é que foi introduzido uma ideia de que ao discutir sobre identidade gênero, seria trazido à tona questões atribuídas ao feminino, uma vez que os problemas de gênero seriam apenas das mulheres, das que sofriam com a discriminação de gênero. Não se via o privilégio do opressor, sendo trazido à tona questões atribuídas ao feminino, logo, gênero tornou-se sinônimo de mulher, mãe e esposa.

No Brasil, essa representação ocidental não condiz ou representa a população em sua maioria, as mulheres brasileiras “tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião.” (SIQUEIRA, 2013 p. 338). Não que o patriarcado não tenha influenciado na estrutura social do Brasil, muito pelo contrário, o modelo familiar brasileiro é patriarcal, embora desde a colonização já existissem outras formas e arranjos familiares (que seguiam influenciadas pelo patriarcado). As estruturas do patriarcado seguem firmes até nos dias de hoje, tanto que, um dos reflexos disso é que quando uma mulher torna-se mãe solo, socialmente ela será vista como uma mãe solteira.

Em África, mas especificamente nas sociedades Yorùbá, assim como, em muitas línguas africanas, sexo não é linguisticamente codificado, ou seja, existe uma ausência das ideais de gênero na língua. Oyèwùmí (2000) apresenta como exemplo a palavra *oko*, que na categoria Yorùbá é apresentada como marido ao traduzi-lo para o inglês. No entanto, *oko* não é um gênero específico, a expressão engloba ambos, tanto machos e fêmeas, ou seja, as palavras representam um papel social e não uma identidade. A autora aponta que o mesmo vale para as relações sociais, mas como veremos mais adiante, existem pensamentos contrários as estas ideias.

A mulher contemporânea passou a ocupar outros espaços e almeja outras formas de viver a sua vida. Se a mulher vai querer ser mãe, ser materna, cuidadora, é uma decisão individual dela, mas que, pode sofrer influência da sociedade. Enquanto, para aquelas que unem a vida cotidiana assumindo múltiplos papéis, sem abdicar o papel de mãe, elas possibilitaram criar um novo olhar para si e deixaram de ser a principal cuidadora das suas crianças, terceirizando estes cuidados através da babá, da empregada e da escola (HOMEM; E CALILIGARIS, 2019), mas isso não abdica o sentimento de culpa que a mulher carrega. “O fato das mulheres terem consciência da necessidade de seu trabalho não implica diminuição de seu sentimento de culpa, porque a idéia que prevalece é a da mulher-mãe que abandona os/as filhos/as para ser mulher-trabalhadora”. (GRISCI, 1995, p. 16).

No Brasil esse sentimento não é exclusivo das mulheres mães de classe média, pois as mulheres pobres brasileiras também precisam sustentar os seus filhos através do trabalho, deixando esses também com outras babás, com as avós e outras cuidadoras. De acordo com Peixoto (2019):

As mulheres pobres e negras dispõem de poucos capitais culturais e econômicos, em função da sua trajetória, a exemplo dos poucos recursos financeiros de suas famílias, das maternidades precoces, das conjugalidades instáveis, das cenas de violência doméstica e ausência dos pais dos seus filhos, além da desigual divisão do trabalho que assola a vida dessas mulheres. (PEIXOTO, 2019, p. 29).

A história nos mostra que dentro da estrutura patriarcal, o corpo da mulher teve e ainda tem como função central a reprodução. A pesquisa desenvolvida por Grisci (1995), com mulheres que tinham em comum a maternidade¹⁵, demonstrou que “o ato sexual, para algumas delas, ainda se justifica somente quando voltado para fins reprodutivos” (1995, p. 14), o que em dado momento se difere, mas também se aproxima de algumas perspectivas africanas.

A maternidade em diversas culturas africanas se difere da ocidental. Oyěwùmí nos apresenta que na sociedade Yorùbá do sudoeste da Nigéria, “a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.5 apud ASSUNÇÃO, 2020, p. 6), tanto que em sociedades matrilineares¹⁶, o irmão da mãe exerce funções que na família ocidental seriam atribuídas ao pai, ou seja, existe uma ligação consanguínea (definida por relações de parentesco) e não conjugal.

Para a antropóloga nigeriana Ifi Amadiume, em seus estudos sobre as dinâmicas das sociedades Nnobi, na Nigéria Ocidental, indica que o matriarcado é uma base social e ideológica, em que o parentesco define os sistemas sociais e morais africanos, o qual identificou uma “forte orientação feminina e matrifocal... [na qual] mãe e filhos formaram unidades sub-compostas distintas, economicamente auto-suficientes, classificadas como femininas relativamente à frente masculina do agregado” Amadiume (1987, p. 27 apud ADESINA, 2012, p. 199).

Outro ponto que é destacado por Oyěwùmí, é a importância da autoidentificação como Mãe para as mulheres da sociedade Yorùbá.

¹⁵ As mulheres-mães pesquisadas apresentavam idade variadas, entre 20 e 55 anos, casadas, solteiras, viúvas, mães, avós, inseridas ou não no mercado de trabalho, e pertencentes a classes sociais diferentes. (GRISCI, 1995).

¹⁶ Matrilineares e matriarcado para o antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop, é “uma configuração social caracterizada pela divisão de poderes entre os sexos, uma assembleia de homens e outra de mulheres, havendo uma preponderância de mando de mulheres” (DIOP, 2012, apud FONSECA, 2019, p. 1), em que a linhagem familiar é transmitida por via materna.

Em todos os arranjos familiares africanos, o laço mais importante está dentro do fluxo da família da mãe, quaisquer que sejam as normas de residência no casamento. Estes laços ligam a mãe aos/as filho/as e conectam todos os filhos da mesma mãe, em vínculos que são concebidos como naturais e inquebráveis. Não é de se surpreender, então, que a mais importante e duradoura identidade e nome que as mulheres africanas reivindicam para si é a “mãe”. No entanto, a maternidade não é construída em conjunto com a paternidade. A ideia de que as mães são poderosas é muito mais uma característica definidora da instituição e seu lugar na sociedade. (OYĒWUMÍ, 2000, p.5).

Neste ponto, deve se destacar como a reprodução está também ligada ao centro das relações sociais, como critica a intelectual nigeriana Bibi Bakare-Yusuf. Para ela, existe um problema com a ‘teoria do sistema dual dos papéis sexuais’, que privilegia a maternidade como uma auto-identidade da mulher africana, o que tende a apontar um padrão, em que a reprodução “torna-se a base “natural” para determinado grupo social, realidades e estruturas institucionais.” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 7).

A autora afirma que “Somente uma teoria que é profundamente cúmplice do poder patriarcal, portanto, pode reduzir a identidade feminina ao aspecto materno.” (2003, p. 9). Bakare-Yusuf aponta que tanto as questões que tratam sobre a ausência de gênero, como as que reduzem as mulheres africanas ao status de “mãe” possibilitam generalizações, o que impossibilitaria as escolhas da mulher de querer ter ou não, filhos.

O que é necessário é uma investigação genealógica sobre as relações de poder, os regimes de representação, estruturas religiosas, políticas e filosóficas que moldam os discursos e experiências da maternidade e da paternidade em África, tanto no presente e no passado. Tal projeto não precisa negar que a maternidade e o nascimento poderiam fornecer um quadro ontológico para se pensar através das identidades das mulheres para além da dominação patriarcal. Entretanto, procurar contemplar identidades libertadoras para as mulheres devem basear-se numa análise aprofundada e crítica das estruturas institucionais que constroem e prescrevem ações e liberdades sociais para as mulheres. (BAKARE-YUSUF, 2003, P. 8).

É importante salientar que, não é porque não podemos empregar as ideias sobre gênero na ótica ocidental em sociedades africanas, que não podemos realizar uma análise sobre o contexto, como aponta o pesquisador congolês Théophile Obenga (2013 apud ASSUNÇÃO, 2020, p. 8) “Uma perspectiva africana de gênero, nesse sentido, torna-se uma importante ferramenta metodológico-teórica, e política, para evitar a reprodução de padrões coloniais de construção de conhecimento, como o "africanismo eurocentrista"”, lembrando também que, o patriarcado também influenciou as relações sociais e políticas em África. O antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop refere-se à patrilinearidade na África vinda através do Islã no século X, “depois o Cristianismo e a presença dos europeus na África, simbolizada pela legislação colonial, direito sobre as terras, nomeação segundo a família do pai, monogamia e a

educação ocidental das elites” (2012 apud FONSECA, 2019, p. 3), entre outros, todos fatores externos oriundos do patriarcado.

O estudo sobre gênero tem um papel importante dentro das sociedades. Para Calligaris e Homem (2019) a descoberta da identidade de gênero como uma construção cultural está diretamente ligado aos movimentos dos direitos civis, tanto que, os autores afirmam que “a identidade é necessária para uma luta de resistência” (2019, p. 13). E deve ser destacado que, o pensamento sobre gênero é a respeito de toda categoria imposta acerca do corpo sexual (SCOTT, 1995), seja ele da mulher, homem, e dos grupos sociais LGBTQIA+, e não deve ser pensado isoladamente.

Para as estudantes internacionais, na sua maioria mulheres negras, ainda existem outra questão que demarca as suas experiências, a diáspora que, por sua vez, implica encarar o racismo e diversas situações de preconceito no Brasil. Frantz Fanon afirma que o corpo em diáspora tem uma infinidade de responsabilidades: “Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meu ancestrais” (2008, p. 105).

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. (Sir Alan Burns, *Le préjugé de race et de couleur*, Payot (s.d., s.n. apud FANON, 2008, p. 110).

Mas, quando Fanon expõe sobre a experiência de ser negro em diáspora, ele trata da experiência do homem negro que conseguia migrar no século XX com a finalidade dos estudos. Para a população feminina, ir para o exterior para estudar era quase improvável. A presença de jovens africanas em diáspora do século 21 ainda é muito limitada reduzida. Para Langa (2017), a participação da mulher africana ou a não participação na diáspora, está diretamente ligada às tradições familiares e a falta de incentivo por parte do governo. “As jovens mulheres africanas constituem minoria nessa diáspora estudantil internacional devido à ausência de políticas e de preocupação com a equidade de gênero nos sistemas educacionais dos países africanos.” (LANGA, 2017, p. 241). Os fatores apontados pelo autor revelam a existência estrutural do patriarcado, do machismo e do colonialismo, mostrando que por vezes a família prefere “investir na educação dos filhos do sexo masculino em detrimento das mulheres, por questões de herança e continuidade da linhagem familiar.” (LANGA, 2017, p. 241).

Lendo bell hooks (2020) e Sueli Carneiro (2011) compreendemos que o sexismo é uma ideologia e prática cotidiana utilizada para explorar e oprimir todas e todos, mas unido ao racismo, vai impactar ainda na produção de privilégios e exclusões. Tanto o sexismo, o patriarcado, a misoginia e o racismo são emaranhados que estão enraizados nas nossas culturas, nas nossas estruturas, seja no Brasil ou nos países dos PALOP, eles são um problema mundial, que está diretamente ligado à cultura do capitalismo, ou seja, podem ser vítimas desse dispositivo tanto mulheres ou homens, crianças ou adultos, mas quando analisadas tais questões com o viés interseccional, sabemos que mulheres negras são a base da pirâmide, “um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça.” (CRENSHAW, 2002, p. 181).

Fazendo um breve recorte a partir de dados quantitativos, observamos que, nas universidades brasileiras, as estudantes do sexo feminino são maioria do corpo discente, “exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte.” (FONAPRACE, 2019, p. 19). No entanto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018)¹⁷, somente 10% das mulheres negras conseguem concluir o ensino superior. A população negra vem se fazendo presente no espaço universitário ao longo dos anos, como demonstra os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020, “em 2001 eles representavam 22% desses estudantes, já em 2015 essa participação alcançou 44%.”. Mesmo assim, ainda existem muitas barreiras que impedem que as mulheres consigam concluir o ensino superior, como a gravidez. Em 2013, outra pesquisa revelou que 18,1% das jovens de 15 a 29 anos deixaram de estudar devido a uma gravidez inesperada¹⁸, enquanto para os homens essa justificativa representa 1,3% dos entrevistados. No ano 2000, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos tinham filhos na faixa etária de 0 a 4 anos.¹⁹

De acordo com Reis (2017), a universidade tem um papel importantíssimo de desconstrução, sendo para a autora um “espaço de desenvolvimento crítico e de capacitação profissional – emancipação intelectual/social e profissional/financeira, respectivamente.” (REIS, 2017, p. 12). A garantia da participação das mulheres no espaço acadêmico, seja ela, estudante ou docente, seria então de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade.

¹⁷ Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/educacao/21396/ibge- apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior> Acesso em: 15.abr.2021.

¹⁸ Pesquisa realizada em parceria entre Ministério da Educação (MEC), Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso).

¹⁹ Pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

Como apresentado nos dados, as mulheres ingressam cada vez mais no ensino superior, mas ingressar não garante em si a sua permanência. Para Urpia e Sampaio (2011), vivemos duas ordens nas mudanças sociais, a primeira ligada ao aumento do grau de instrução, somada ao mercado de trabalho, que exige cada vez mais capacitação profissional. E a segunda se refere às possibilidades diversas dos relacionamentos afetivos, que não estão mais ligados aos vínculos da união conjugal, logo, essas diversas dinâmicas podem sim resultar em laços parentais.

A questão é, dentro do contexto social em que vivemos, onde a função cultural da mulher é ser mãe, a responsabilidade parental recai sobre ela. Logo, a categoria estudante-mãe vivencia alguns percalços, entre eles “preconceito de gênero e o processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica” (URPIA, SAMPAIO, 2011, p. 147).

Esses obstáculos estão relacionados tanto as (sic) questões familiares, a exemplo do fato de ser mãe solo e não possuir alguém que possa ajudar sempre na divisão dos cuidados com o filho, como por ter que trabalhar em tempo integral para sustentar os filhos e não sobrar tempo para estudar; quanto a fatores institucionais, citando-se a falta de assistência (sic passim) creche para as mães que possuem baixa renda, a carência de informações e observância dos professores e demais funcionários acerca da licença maternidade, o que ocasiona a reprovação de muitas por falta ou nota em razão de erros de procedimento administrativo perante as secretarias dos cursos. NUNES; SILVA, 2020, p. 68-69).

Nunes e Silva (2020, p. 69) apresentam em seu estudo que é recorrente situações de abusos e assédios morais. Dentre eles as autoras apontam “desligamento das bolsas de estudo em razão da gravidez/maternidade, expulsão de sala de aula, constrangimento em público”, entre outros, com todos esses fatores influenciando negativamente o desempenho acadêmico e permanência das estudantes na universidade.

E quando essas mulheres se tornam “mãe solo”, estas cobranças são ainda maiores, porque não bastando suas diversas responsabilidades, a maternidade para elas é vista socialmente como empecilho, reforçando a exclusão social.

Ao longo dos anos as universidades vêm criando programas para assistir os jovens que vivenciam algum tipo de vulnerabilidade, seja ele no contexto socioeconômico, de gênero ou de raça. Esses programas são políticas públicas de assistência estudantil e têm “como objetivo superar desigualdades de acesso, permanência e êxito na instituição de ensino por meio de programas de benefícios sociais e de acompanhamento dos/das estudantes.” (TEIXEIRA, 2016, p. 14). Entretanto, Urpia (2009) indica que existem algumas políticas de assistência “obscurecidas”, quando se trata de mães universitárias.

As medidas de “assistência” mais comum que são observadas é a licença maternidade ou como nomeado na UNILAB, Regime Especial, que garante o afastamento da estudante a partir do 8º mês de gravidez e nos três primeiros meses após o nascimento da criança. (UNILAB, 2013)²⁰, sendo assim, estabelecido um “acordo” entre aluno, professor e coordenação, para que seja garantido o direito da estudante de continuar seus estudos mesmo com o afastamento.

A questão é que o fato da estudante conseguir um afastamento temporário do ambiente universitário não pode ser entendido como assistência e nem garante que ela dará continuidade aos seus estudos. O mesmo vale para as estudantes que são assistidas pelo Programa de Assistência ao Estudante (PAES), que possuem perfil de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente as estudantes internacionais, que têm no auxílio seu principal meio de prover moradia e alimentação.

Sobre os cuidados com a criança, algumas mães universitárias, principalmente as estudantes dos PALOP também não possuem o apoio familiar de perto e algumas delas não estão com o pai da criança, o que sugere que não existe o compartilhando dos cuidados parentais.

Lentamente, estamos vivendo mudanças nas estruturas acadêmicas, que garantam a presença da mulher, como exemplo, a importância de incluir licença-maternidade no currículo Lattes, instrumento que impacta diretamente na ascensão profissional das pesquisadoras que também são mães, pois, no fazer científico, a pesquisadora precisa estar sempre ativa.²¹

Mas para garantir que as estudantes possam um dia vivenciar essas mudanças a nível da pós-graduação, é preciso que elas ocorram também no âmbito da graduação, fazendo com que a permanência também lhes sejam garantidas através do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) ou de uma rede de apoio que assista tanto as mães universitárias, como os seus filhos.

²⁰ O Regime Especial é dedicado as gestantes e aos estudantes diagnosticados com doença que implique risco para vida do próprio e/ou para a comunidade acadêmica.

²¹ “Para conseguir fomento, o pesquisador precisa apresentar um número de publicações maior ou compatível ao de seus pares. Os avaliadores de um edital de financiamento, quando analisam os currículos, não costumam levar em conta o período de licença da pesquisadora” UFRGS. Inclusão da licença-maternidade no currículo Lattes chama atenção para o desafio de ser mãe e manter a carreira científica. Jornal da Universidade, publicado em 6 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/inclusao-da-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes-chama-atencao-para-o-desafio-de-ser-mae-e-manter-a-carreira-cientifica/> Acesso em: 10.mai.2021.

6 METODOLOGIA

Tendo entendimento sobre a complexidade da pesquisa, por buscar responder questões que tratam sobre o cotidiano das mulheres, mães e universitárias que estudam na UNILAB/Ceará, como também, as ações desenvolvidas pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) para assegurar a permanência dessas mulheres no ensino superior, a pesquisa terá como abordagem o método qualitativo, unindo pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, através da técnica de coleta de entrevista narrativa biográfica, e tendo como suporte para análise o método de Shutze (1977).

6.1 ABORDAGEM METODOLOGICA

O estudo bibliográfico tem como objetivo realizar um levantamento teórico sobre as questões acerca da maternidade (PEIXOTO, 2019), gênero (HOOKS, 2020; OYĒWÙMÍ, 2000; SCOTT, 1995) raça, classe (COLLINS, BILGE 2016; CARNEIRO, 2011; CRENSHAW, 2002) e políticas públicas estudantis (URPIA & SAMPAIO, 2011), a fim de compreender sobre a importância das mulheres no espaço universitário.

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 3).

A pesquisa documental será desenvolvida a partir do levantamento de dados através da Lei de nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso a informações públicas em todos os âmbitos do Poder Público brasileiro.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, entrou em vigor em 16 de maio de 2012, regulamentada pelo Decreto n. 7.724/2012. A LAI regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e os dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

Existe uma diferença entre a pesquisa bibliográfica e documental, enquanto a bibliográfica usa como fonte autores sobre diversos assuntos que dialogam com o tema da pesquisa, a pesquisa documental usa de informações não publicadas, como sublinhou Gil (2002), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (GIL, 2002, p. 45).

O levantamento dessas informações terá como objetivo verificar quantitativamente o acesso ao ensino superior na UNILAB e como a permanência das mães universitárias pode ser afetada a partir do momento que engravidam ou se tornam mães. Assim como, verificar quais ações são desenvolvidas pela universidade para garantir a permanência dessas estudantes.

Dentre os dados necessários que devem ser apresentados pela UNILAB, para o desenvolvimento da pesquisa, destaco:

- Qual o perfil socioeconômico dos/as estudantes da UNILAB?
- De 2014 a 2020 quantos estudantes colaram grau, por gênero, raça/etnia e nacionalidade, por semestre?
- Quantas matrículas foram trancadas e/ou cancelas por gênero, raça/etnia e nacionalidade, entre os anos de 2010 a 2020, por semestre?
- Quantas solicitações de Regime Especial as gestantes foram solicitados, por nacionalidade entre os anos de 2010 a 2020, por semestre?
- Das estudantes que solicitaram Regime Especial, quantas são ou já foram assistidas por algum recurso financeiro do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) entre os anos de 2010 a 2020?
- Quais ações de políticas públicas estudantis são desenvolvidas na UNILAB com foco nas questões de gênero?
- Quais programas existem de assistência estudantil para as mães universitárias na UNILAB?

Os dados bibliográficos, levantamento de documentos na Unilab, unidos às entrevistas podem nos apresentar informações importantes sobre como as estudantes universitárias percebem a influência das estruturas sociais na sua permanência acadêmica.

A escolha técnica da entrevista se dá a partir da referência de pesquisa de Grada Kilomba (2019), que resultou no livro *Memórias da Plantação*. A entrevista narrativa biográfica

possibilita que as interlocutoras contem suas próprias histórias de vida, a técnica encoraja e estimula proporcionando o diálogo.

A escolha das interlocutoras se dará a partir de um questionário online, para levantamentos de dados e de interessadas em participar da pesquisa. Para a delimitação do perfil, será adotado dois critérios: ter em sua trajetória a primeira gravidez enquanto estudantes da UNILAB, podendo ainda estar fazendo o curso ou já ser egressa; perfis que interinterseccionam com as questões das desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, contexto social, etnia, entre outras, como também,

Para Kilomba, a partir da leitura que a autora faz de Mecheril (1997), o sujeito da pesquisa tem garantido o seu direito político, social e individual, pois passa a fazer parte da pesquisa pelo que ele é e não como um objeto. “Isto só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir da sua própria percepção e definição, quando se pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade.” (KILOMBA, 2019, p. 82).

Segundo os autores Muylaer, Serubbi Junhior, Gallo, Rolim Neto e Reis (2014), não existe uma padronização de como ser desenvolvida a análise das informações obtidas, pois a entrevista narrativa pode seguir diferentes métodos e técnicas, mas, tentarei seguir o rigor didático de Shutze (1977 apud JOVCHELOVICH; BAUER, 2002), que delimita a análise dos dados obtidos em cinco pontos, são estes:

1. Divisão dos materiais indexados e não indexados;
 - Indexados: conteúdo racional, científico, concreto de quem faz o que, quando, onde e porque, ou seja, é ordenado (consequentemente é de ordem consensual, coletiva);
 - Não indexados: conteúdos subjetivos (acontecimentos e expressam valores, juízos, refere-se à sabedoria de vida).
2. Trajetória: A partir do conteúdo indexado, ordená-los por acontecimentos de cada indivíduo;
3. Investigar as dimensões não indexadas do texto;
4. Agrupar e comparar as trajetórias individuais;
5. Trajetória coletiva: Comparar e estabelecer semelhanças existentes entre os casos individuais permitindo assim a identificação das trajetórias.

O objetivo, segundo os autores, é que o entrevistador influencie o mínimo possível o informante “O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. (JOVCHELOVICH; BAUER, 2002, p. 95).

Outro ponto importante que deve ser destacado é a importância da ética na pesquisa, sendo esta desenvolvida a partir das orientações do Comitê de Ética da Unilab²² e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)²³, sendo às interlocutoras garantido o direito ao anonimato das suas identidades, assim como, a ciência de que as informações concedidas à pesquisa poderão ser utilizadas em atividades de cunho científico e acadêmico, garantindo assim o sigilo das mesmas, tendo como garantia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

²² Unilab. Comissão de Ética Pública CEP. Disponível em: <https://unilab.edu.br/cep/>. Acesso em: 10.jun.2021.

²³ BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. CONEP. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>. Acesso em: 10.jun.2021.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Helena Santos. Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero. **Cad. Pagu**: Campinas. n°.58, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202000580013> Acesso em: 13.mai.2021.

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, p. 195-210

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence*. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

BRASIL. **A Lei de Acesso à Informação (LAI), n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em: 10.jan.2021.

CARNEIRO, Sueili. **Racismo, Sexismo e Desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em: 10.fev.2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008. p. 100-115.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantil. 2019.

FONSECA, Mariana Bracks. História da África Pré-Colonial. **Revista África e Africanidades**: Rio de Janeiro. Ano XII, n. 32, nov. 2019. Disponível em: <https://africaeaficanidades.online/documentos/0530112019.pdf> Acesso em: 25.jun.2021.

FORTES, Celeste. “M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem”: Gênero e Educação em Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 80-89, jan/abr 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Peti Mama. **Ser Mulher Africana e Estudante no Contexto de Diáspora: Alguns Aspectos do Cotidiano de Estudantes Guineenses no Maciço de Baturité-Ce**. 2016, 66 f. (Monografia do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2016.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**: Candeias, ano 1, nº 1, 2016.

GRISCI, Carmem Lígia Iochins. Mulher-mãe. **Psicologia, Ciência e Profissão**: Brasília. prof. vol.15 nº.1-3. p. 12-17, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100003> Acesso em: 10.mar.2021.

GROSSI, M. P.. Identidade de Gênero e sexualidade. Estudos de Gênero. **Cadernos de Area 9**, Goiânia, v.9, p.29-46, 2000.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de Menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas, SP. Papyrus 7 Mares. 2019.

HOOKS; bell. **E eu não sou uma mulher?** Trad. Bhuvi Libanio. 5º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Estudantes Guineenses na Unilab, Ceará, Brasil: Coexistência, Representações Interétnicas e Questões de Gênero**. 2015, 90f. (Monografia do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2015.

IPEA. **População negra conquista espaço no ensino superior**. Repositório do Conhecimento do IPEA. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/> Acesso: 30.nov.2020.

IBGE. **Banco Multidimensional de Estatísticas (BME)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 15.ago.2020.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Mobilidade estudantil internacional para o Brasil e a formação de diásporas africanas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**. Campos dos Goytacazes, RJ. v. 8, nº 1, janeiro a junho de 2017. P. 230-254. Disponível em: <https://docplayer.com.br/129350069-Ficha-catalografica-preparada-pela-biblioteca-do-cchenf.html> Acesso em: 20.out.2020.

MICHELON, Mateus Rodrigues de Oliveira; OLIVEIRA, Carlos Daniel Rodrigues de. A cidadania das mulheres, imigrantes e os direitos dos escravos no século XIX. **UFSC**. Publicado em 12 de novembro de 2012. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/cidadania-das-mulheres-imigrantes-e-os-direitos-dos-escravos-no-s%C3%A9culo-xix> Acesso em: 10.mai.2021.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SERUBBI JUNHIOR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo A. Entrevistas narrativas: um recurso importante na pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm. USP**: São Paulo. vol.48 no.2 Dec., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027> Acesso em: 15.abr.2021.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e Permanência na Educação Superior X Exercício da Maternagem: Entre Trajetórias, Representações e Exigibilidade de Políticas Estudantis. **Revista Direito UnB**: Brasília. v. 04, nº. 1, janeiro – abril, 2020.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985) **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 4 dez./2009

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. (In) **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Org. CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara Florianópolis: CONPEDI, 2015.p. 328-354. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf> Acesso: 10.mar.2019.

OLIVEIRA, Kalina Gondin de; ZIENTARSK, Clarice. A luta das mulheres pela educação diante de questões que envolvem o mundo do trabalho, classe, etnia e gênero. **Caderno Espaço Feminino**: Uberlândia, MG. v.32, n.1, jan./jun. 2019. ISSN 1981-3082. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/neguem Acesso em 10.jan.2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre Epistemologias feministas. Trad. Aline Matos da Rocha, **Family bonds/Conceptual Binds**: African notes on Feminist Epistemologies. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Vidas de Mães na Favela**: reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia de Fortaleza. 2019. 311 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em Sociologia, Fortaleza, 2019, p. 29.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: **500 Anos de Educação no BRASIL**. (org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p. 79-94.

REIS, Stefani Angelis Souza. **Ser mãe na universidade**: Uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizas acerca das políticas de assistência social de uma IFES. MG.2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal de Ouro Preto. 2017.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces: Brasil/Canadá**, v. 16, p. 256-293, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade: Rio Grande do Sul**. n° 20, v. 2.jul/dez, p. 71-99, 1995.

SILVA, Rafael Mello. **(Des)Igualdade da Mulher: Da educação para o lar à conquista por espaço profissional**. Brasil Jurídico, Publicado em 26 de agosto de 2018. Disponível em: <https://brasiljuridico.com.br/artigos/desigualdade-da-mulher-da-educao-para-o-lar-conquista-por-espao-profissional> Acesso em: 10.mai.2021.

TEIXEIRA, Luciana de Gois Aquino. **Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Câmpus Urutaí: um olhar de gênero**. 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2016.

UNILAB. **Resolução n°030/2013, de 25 de novembro de 2013**. Ministério da Educação. 2013. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/resolu%C3%A7%C3%A3o-30-2013-artigo-42.pdf> Acesso: 10.mar.2021.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 145-168.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009, 201 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

ANEXO

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO QUE AUXILIOU NA PESQUISA EXPLORATÓRIA PARA ESCRITA DO PROJETO

Qual o seu nome e idade?

Qual a sua nacionalidade? Tem alguma etnia?

Você segue alguma religião? Qual?

Você terminou a escola com que idade?

Porque você escolheu estudar no Brasil/UNILAB?

Como é sua estrutura familiar? Viveu com mãe, pais, avós, tios/as, irmãos/ãs?

Dentro do núcleo familiar, existe alguém que exerce o papel de poder nas decisões familiares?

Dentro do seu contexto familiar, o que se pensa sobre maternidade? Gravidez antes do casamento? Estudar e exercer a maternidade?

Após chegar ao Brasil/UNILAB, quanto tempo demorou para você engravidar?

Sobre o pai do seu bebê, ele é da sua nacionalidade, etnia, vocês já tinham um relacionamento antes ou se conheceram aqui?

Como foi o recebimento da notícia da gravidez por parte dos amigos e familiares? Na casa que você morava, teve algum desentendimento pela chegada do bebê?

A sua família te apoiou, apoia, ajuda?

Para as estudantes internacionais: Como é ser uma mulher, africana, universitária e mãe no Brasil?

A maternidade te mudou?

Como é a vivência de estudar e cuidar do bebê?

Com relação a maternidade, você recebe algum apoio da universidade?

Após a gravidez, como são as suas relações afetivas com amigos e amorosa?

Você percebe se com a vinda de uma criança, os hábitos do pai mudaram?

Para você, quais ações que o PAES deveria fazer para auxiliar a permanência da estudante universitária que possui filhos(as) pequenos(as)?